



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

**Nesta edição 10 matérias**

**Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM**

**Manaus, segunda-feira, 22 de agosto de 2011**

<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Falta estratégia no "Brasil Maior".....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Receita cria "procedimentos especiais" para fiscalizar importação de vestuário.....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Brasil vai aumentar tarifa sobre importados para tentar deter concorrência chinesa.....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>REVISTA ISTOÉ DINHEIRO</b> Líderes.....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>ASSESSORIA SUFRAMA</b> GRUPO DE TRABALHO ELABORA DOCUMENTO PARA ESTUDO DE IMPLANTAÇÃO DE ZONA FRANCA EM LETICIA.....	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>GAZETA DE ALAGOAS</b> Eletrodomésticos têm queda na produção.....	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Privatização de elétricas em estudo.....	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Encontro de Contas :: Lurdete Ertel.....	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Receita facilitará liberação de mercadorias importadas com declaração espontânea FISCALIZAÇÃO.....	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA.COM</b> Receita Federal oferece alternativa a importadores.....	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Falta estratégia no "Brasil Maior"</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Sandra Polónia Rios - O Estado de S.Paulo

O Plano Brasil Maior, divulgado no dia 2 de agosto de 2011, pretende dotar o País de uma nova política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior para o período de 2011 a 2014. De acordo com o documento de divulgação, o plano foca "no estímulo à inovação e à produção nacional para alavancar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo".

Ainda segundo o documento, "o Plano Brasil Maior organiza-se em ações transversais e setoriais. As transversais são voltadas para o aumento da eficiência produtiva da economia como um todo. As ações setoriais, definidas a partir de características, desafios e oportunidades dos principais setores produtivos, estão organizadas em cinco blocos que ordenam a formulação e implementação de programas e projetos".

Apesar da roupagem metodológica que precede a apresentação das medidas, sugerindo rigor e visão estratégica, é exatamente esse tipo de visão que falta à nova política industrial.

A leitura das 35 medidas anunciadas leva à percepção de que foram reunidas, sob um único guarda-chuva, diversas iniciativas que vinham sendo discutidas em diferentes áreas do governo e que respondem a demandas e preocupações diversas.

O Plano não aponta para a indústria que se pretende ter no futuro. O horizonte temporal é curto para transformações relevantes e os instrumentos têm efeitos potenciais contraditórios entre si.

Os mecanismos anunciados indicam que o governo parte de um diagnóstico geral correto - o de que a indústria brasileira sofre com a deterioração das condições de competitividade e de que é preciso desonerar a produção industrial, as exportações e os investimentos, além de incentivar a inovação e a participação das pequenas e das médias empresas no comércio exterior. Entretanto, particularmente no que se refere ao comércio exterior, os instrumentos incorporados ao programa são tímidos e contraditórios: enquanto alguns buscam aumentar a

competitividade das manufaturas brasileiras no mercado internacional, outros, voltados à proteção da indústria doméstica, tendem a resultar em perda de eficiência e aumento de custos no processo produtivo.

Diante da dificuldade de enfrentar a conhecida agenda de competitividade - desoneração tributária das exportações e dos investimentos; desoneração da folha de pagamentos; melhoria das condições de infraestrutura e logística; e redução da burocracia e dos custos acessórios no processo exportador -, o governo adota medidas parciais e pontuais. Diante da incapacidade de lidar com os problemas sistêmicos, as autoridades optam por mecanismos pontuais, alguns voltados para o aumento da proteção. Mas, ao fazê-lo, vão de encontro com os objetivos de aumento de competitividade.

### Alguns traços vão se consolidando na política industrial e de comércio exterior brasileira a partir de 2008:

recuperação do corte setorial dos instrumentos de política industrial; intensificação do uso de mecanismos direcionados ao aumento do conteúdo nacional dos produtos industriais; e reforço do viés discricionário na aplicação dos instrumentos, mesmo daqueles que podem ser considerados como transversais.

No que se refere à recuperação do corte setorial, chama a atenção o fato de que, também nesse caso não se apresentam escolhas definidas. Há instrumentos específicos para diferentes setores, dando a impressão de que as diversas demandas foram atendidas: redução dos custos tributários para bens de capital, novo regime especial para o setor automotivo, desoneração da folha para setores intensivos em trabalho, preferências nas compras governamentais para setores e atividades elegíveis e novos programas de financiamento para um conjunto variado de atividades industriais.

Além dos traços mais gerais, dois aspectos chamam a atenção na condução da política de comércio exterior recente no Brasil e que tendem a se perpetuar com a nova política: déficit de implementação e transitoriedade dos mecanismos.

Os agentes econômicos que atuam no comércio exterior brasileiro sofrem com as dificuldades de operacionalização de

instrumentos que são anunciados, mas não são implementados. Muitas vezes é difícil, inclusive, identificar se os instrumentos estão ou não em vigência. Dentre as medidas incluídas no anúncio do Plano Brasil Maior, algumas já foram divulgadas anteriormente - é o caso da preferência para produtos e serviços nacionais nas compras do setor público, incluída no "Pacote de Competitividade" de maio de 2010 e que continua em processo de regulamentação.

Além disso, muitos dos mecanismos têm caráter transitório. No plano divulgado, diversos benefícios têm prazo de vigência previsto para terminar em dezembro de 2012.

Essa transitoriedade gera incertezas e desestimula a adoção pelas empresas de estratégias exportadoras mais duradouras.

Diante das dificuldades para promover reformas de caráter horizontal que eliminem as distorções do regime tributário brasileiro, reduzam os custos assessoriais com a burocracia e enfrentem as graves deficiências de transporte e logística, vai-se costurando uma colcha de retalhos com medidas muitas vezes incoerentes entre si.

É DIRETORA DO CENTRO DE ESTUDOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CINDES)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Receita cria "procedimentos especiais" para fiscalizar importação de vestuário</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**João Villaverde**

**O importador de vestuário será submetido, a partir de hoje, a "procedimentos especiais" de controle da Receita Federal: terá de passar pela inspeção física do fiscal da Receita, processo que pode levar até 180 dias para liberação da mercadoria.**

O aperto na fiscalização, medida central da Operação Panos Quentes 3, divulgada na edição de hoje do "Diário Oficial da União", poderá, no entanto, ser driblado. A própria Receita criou, na semana passada, um dispositivo que agiliza a importação do produto que atenda a todas as exigências tarifárias e não vá contra medidas de defesa comercial.

As duas medidas fazem parte de um "pacote de modernização" da fiscalização aduaneira implementado pelo governo desde o fim de maio. À frente desse processo estão Ernani Checcucci, subsecretário de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal, e Dário Brayner, coordenador-geral da administração aduaneira.

#### **Ampliar imagem**

Checcucci e Brayner organizaram as discussões que criaram os "procedimentos especiais de controle" de importações suspeitas de irregularidades tributárias. Esses procedimentos estão previstos na instrução normativa 1.169, de junho. Em 15 dias, o equivalente a US\$ 26 milhões em mercadorias foram retidas por meio dos "procedimentos especiais".

Técnicos da Receita em Brasília passaram a ser assediados por empresários do setor varejista e importadores, que pediam uma "brecha" para os importadores que atendessem às demandas do governo. Na semana passada, a Receita divulgou nova instrução, a 1.181, que cria o que os técnicos chamam de "modernização aduaneira".

"Queremos conhecer 'in loco' os produtores internacionais, saber como operam seus fornecedores, checar desde a classificação fiscal dos produtos importados até questões de pirataria e norma técnica", afirmou Checcucci, que chamou o novo mecanismo de "auditoria do importador".

O procedimento é de adesão voluntária. Aqueles que tiverem legalidade comprovada estarão dispensados de controles mais rígidos da Receita a cada operação. "Estamos sinalizando aos importadores que há um canal aberto para uma liberação mais rápida da mercadoria", disse Checcucci.

Segundo o Valor apurou, o aperto inicial ao setor de vestuário e confecção poderá ser estendido a outros segmentos importadores, como calçados e brinquedos.

A rigidez com o setor têxtil ocorreu por dois fatores. Por um lado, a grande incidência de irregularidades na importação triangular, isto é, aquela que escapa de medidas de antidumping promovidas pelo governo. Ao mesmo tempo, a disposição dos técnicos de retomar os mecanismos de controle desenvolvidos nas primeiras duas partes da Operação Panos Quentes, de 2005 e 2007, que, respectivamente, combatiam a falsa declaração de conteúdo para enquadramento fiscal e o registro de valores inferiores.

Dessa vez, os fiscais da Receita estão liberados para, se necessário, viajar ao país de origem da mercadoria importada, de forma a comprovar o procedimento produtivo. Nesse caso, os custos de viagem e hospedagem serão pagos pelo importador. "Viajaremos quantas vezes for necessário. A operação de regularização pode sair cara ao importador, num primeiro momento, mas ele ganhará agilidade de processo e não precisará arcar com os custos duas vezes", diz um técnico.

Para uma fonte no governo, a adesão ao programa, voluntária, acabará incentivando o importador. "As empresas que tiverem sua situação regularizada rapidamente poderão usar o respaldo da Receita como um selo de marketing", disse.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Brasil vai aumentar tarifa sobre <u>importados</u> para tentar deter concorrência chinesa</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**BRASÍLIA - Pressionado por todos os setores da economia que não têm mais condições de concorrer com bens importados, principalmente os provenientes da China, o governo vai recorrer, nos próximos dias, ao aumento das tarifas de importação. São candidatos à proteção tarifária produtos químicos, máquinas e equipamentos, insumos e peças industriais, eletrodomésticos, relógios, óculos de sol e eletroeletrônicos como rádios e gravadores. A elevação da taxa ocorrerá em duas etapas.**

Dada a reduzida margem de manobra que o governo tem para mexer com as alíquotas, uma vez que a lista de exceções à Tarifa Externa Comum (TEC) - usada no comércio com países que não fazem parte do Mercosul - possui apenas cinco vagas, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) anunciará, primeiramente, uma rodada com poucos produtos. A reunião da Camex estava marcada para a próxima terça-feira mas, devido à falta de consenso, acabou sendo cancelada e adiada para a semana seguinte.

Em uma segunda etapa, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai criarão mais uma lista de exceções à TEC, ainda neste semestre, com produtos que poderão ter as alíquotas elevadas. No caso brasileiro, serão cerca de cem itens.

Por outro lado, embora enfrentem problemas de competitividade causados pela concorrência externa, alguns segmentos importantes da economia, com destaque para automóveis, roupas, calçados e brinquedos, ficarão de fora da medida. Suas tarifas de importação já estão em 35%, alíquota máxima permitida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) para bens industriais. O maior imposto para agrícolas é de 55% na OMC.

Hoje, o único instrumento existente para o manejo de alíquotas, além dos desgastantes e demorados processos de defesa comercial, é a lista de exceções à TEC, que está sendo revisada neste momento e só comporta a inclusão de um produto com a retirada de outro. Para se ter uma ideia, a demanda do setor privado brasileiro é tão forte que para cada posição há hoje 29 demandas, em média. Dos cem itens, 75 já estão com as alíquotas elevadas.

- É uma das revisões mais difíceis da lista de exceções, pois há muitos setores que pedem, mas não temos como atender a todos - admitiu ao GLOBO a secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Tatiana Prazeres.

Ela evitou comentar sobre possíveis produtos a serem escolhidos e preferiu destacar a nova lista que está em formação e será usada pelo Mercosul. Segundo a secretária, o bloco terá uma margem de manobra mais confortável para dificultar o ingresso de mercadorias importadas que tiram empregos e prejudicam as indústrias locais.

O aumento da tarifa de importação até os níveis permitidos pela OMC é uma decisão rápida, sem que os técnicos tenham de recorrer à abertura de processos de investigação de dumping (preços de importados artificialmente baixos), que demoram até anos.

- Considerando a conjuntura, o câmbio, o aumento de importações e os problemas enfrentados pela indústria doméstica, faz sentido que tenhamos outro mecanismo, que é legítimo - afirmou.

-É natural a pressão da indústria para a elevação tarifária. Para entrar na lista de exceção, o mais importante é demonstrar ao governo a relevância daquele produto específico para o setor - comentou o consultor Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior.

Para o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fernando Figueiredo, trata-se de solução de curto prazo "absolutamente necessária". Segundo ele, o setor deve registrar um déficit comercial este ano de US\$ 25 bilhões, devido à concorrência de importados em diferentes segmentos tanto no Brasil quanto no mercado externo.

- Criar proteção para a indústria nacional através da majoração de alíquotas é um caminho bom, mas de curto prazo. Precisamos resolver os problemas estruturais que enfrentamos. Temos déficits em quase todas as regiões, na Ásia e na Europa - disse Figueiredo.

Mário Bernardini, diretor da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), defendeu

mais ousadia do governo. Ele acusou os argentinos de tomarem as medidas que julgam necessárias para proteger a indústria local sem grandes preocupações com as normas gerais de **comércio**. E alertou para o risco de a seleção de produtos a entrarem na lista de exceções à TEC deixar de ser técnica para ser política.

-Quem é amigo do rei tem mais chances de conseguir, ainda que um setor esteja tão ameaçado quanto outro. Vai ter romaria no **MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior)** e será criado um balcão de negócios - disparou o diretor da Abimaq.

Domingos Mosca, da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções (Abit), afirmou que o setor convive com um cenário difícil, de **dólar** baixo e altos custos trabalhistas e taxas de juros. Acrescentou que, apesar do saldo positivo de empregos de 14 mil postos este ano, nos últimos três meses tem ocorrido queda nas contratações e aumento de demissões.

O empresário Roberto Barth, fundador da Comissão de Defesa da Indústria Brasileira (CDIB), elogiou a medida e a atuação do governo Dilma Rousseff. Barth, que é diretor da Supergauss - empresa produtora de ímãs de ferrite que conseguiu a proibição da **importação** dos produtos oriundos de Taiwan, no primeiro caso comprovado de fraude de origem do **Brasil** - enfatizou que a desvantagem da indústria brasileira em relação à chinesa chega a 70%. Isso leva em conta que o real está valorizado em 30% sobre o **dólar** e o yuan subvalorizado em 40% ante a moeda americana.

- Precisamos manter o **mercado** brasileiro, uma vez que em terceiros países a disputa está complicada com os chineses - disse.

	VEÍCULO REVISTA ISTOÉ DINHEIRO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Líderes</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

## Linha branca

### João Doria Jr.

**A Samsung está com tudo pronto para anunciar sua nova fábrica de eletrodomésticos, que produzirá geladeiras e máquinas de lavar.**

### Banalização do roubo

A mais nova excentricidade do mundo político é o estrondoso crescimento do patrimônio da deputada Fátima Lúcia Pelaes (PMDB-AP). Acusada de se beneficiar de fraudes milionárias no **Ministério** do Turismo, seu patrimônio cresceu 125% entre 2006 e 2010. É de espantar. O salário de um deputado federal é R\$ 26 mil. Em um único contrato, a ilustre política amapaense pode ter embolsado R\$ 2,5 milhões de um convênio com a Embratur, fraude descoberta pela Polícia Federal. E parece que esse não é o único desvio de conduta da parlamentar em questão. Ou o **Brasil** reage contra esse tipo de corrupção, ou vamos banalizar o roubo.

## 1 - Competição

### Linha Branca

A Samsung está com tudo pronto para anunciar sua nova fábrica de eletrodomésticos, que produzirá geladeiras e máquinas de lavar. A fábrica será implantada em Limeira, no interior de São Paulo, em área de 4.000m<sup>2</sup>. Ficará pronta em 2013 e vai gerar 1,2 mil empregos diretos. O investimento da Samsung é guardado a sete chaves, mas já foi anunciado ao governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

## 2 - O Rei de Santos

### Morando bem

O craque de futebol e boa-praça Neymar comprou, e já está morando nele, um triplex, de frente para o mar, em Santos. O apê tem 800 m<sup>2</sup> e cinco suítes. O jogador do Santos FC, que mora com os pais e o irmão adotivo, pagou R\$ 14 milhões pelo novo lar, doce lar.

## 3 - Labace

### Brinquedinho

Dois brasileiros compraram, por US\$ 65 milhões cada, um Airbus ACJ318. A aeronave é um pouco menor que o

Aerolula. O avião possui assentos para 19 pessoas e uma supersuíte de 75 m<sup>2</sup>, com sala de estar, escritório, quarto e banheiro. As aeronaves serão entregues aos ricos proprietários no final de 2012.

## 4 - Malas na rua

### Flagra

Mais um milionário caso de separação no mundo empresarial. Desta feita, a esposa flagrou o marido, um conhecidíssimo empresário de São Paulo, com outra. Sem pestanejar, ela o convidou a se retirar de casa. E vai cobrar uma senhora parte do patrimônio do ex, além de milionária pensão. Pano rápido, porque o clima esquentou.

## 5 - Automóveis

### Tata no Brasil

O governador mineiro, Antonio Anastasia, segue no início de outubro para uma viagem à Índia. Entre outros compromissos, tem reunião com o bilionário Ratan Tata. Na pauta está a construção de uma fábrica de automóveis Tata em Minas Gerais. O primeiro veículo a ser produzido aqui seria o Nano, o automóvel mais barato do mundo. O grupo Tata é dono da maior indústria automobilística da Índia e também das marcas Jaguar e Land Rover.

## 6 - Tevê

### Mudanças

O Senado deve votar, nos próximos dias, o projeto que permite o ingresso das empresas de telefonia no **mercado** de tevê a cabo. O projeto também elimina restrições ao capital estrangeiro e impõe cotas de conteúdo nacional. Vai ser aprovado.

## 7 - Queda de braço

### O ar está esquentando

Agora é a vez dos condicionadores de ar. O segmento está vivendo uma guerra. De um lado do ringue, estão sete grandes multinacionais instaladas na **Zona Franca** de **Manaus**. Elas pedem ao governo aumento de tributos contra a invasão de aparelhos de ar condicionado chineses e coreanos.

Do outro, estão 22 empresas **importadoras** de aparelhos mais baratos da China e da Coreia. A briga está só começando.

## 8 - Investimentos

### Para poucos

O Royal Albert Hall, elegantíssima sala de espetáculos em South Kensington, em Londres, colocou à venda um camarote de cinco lugares. O preço? 550 mil libras, ou seja, quase US\$ 900 mil. O novo proprietário poderá desfrutar do camarote por 865 anos, quando expira o leasing do espaço. Só imortais vão se candidatar à compra.

## 9 - Varejo

### Nova aquisição

A Coteminas, de Josué Gomes da Silva, está preparando a compra de uma grande rede de varejo nacional. Diferentemente da aquisição da M. Martan, a empresa, que em breve passará a ser comandada pelos Gomes da Silva, atua no varejo, vendendo, também, móveis e eletrodomésticos.

## 10 - Novo ponto

### Nepal

Marcos Borges Duprat Ribeiro será o embaixador do **Brasil** no Nepal. A embaixada será aberta até o fim do ano. O **Brasil** é o primeiro da América Latina a se fixar na terra natal de Buda.

## 11 - Política

### Tropa de Elite

Um graúdo cacique do PMDB disse, alto e bom som, ao ministro do Turismo, Pedro Novaes, “pede pra sair, pede pra sair”. O mal-estar foi geral.

## 12 - Destino

### Four Seasons Resort Maui - Hawaí

Extraordi-nário. É o mínimo que se pode dizer deste Four Seasons, em Maui, no Havaí. Ideal para quem gosta de aventura ou, simplesmente, para relaxar. Locali-zado na praia de Wailea, considerada a mais bonita do Havaí, o hotel é uma experiência única. Seus quartos são grandes, o serviço é impecável e a culinária saborosíssima. Diárias a partir de US\$ 740. [www.fourseasons.com/maui](http://www.fourseasons.com/maui)

## 13 - Prosperidade

### Made in Minas

A M.Guia, loja da família Mares Guia – do ex-ministro Walfrido, sua filha Erika e esposa Sheila – vai inaugurar uma nova e poderosa loja em São Paulo, na rua da Consolação, quase esquina com a Oscar Freire. O espaço terá 400 m<sup>2</sup>. Serão dois andares de puro prazer para as mulheres que gostam de grife e de tratamento vip. Em Belo Horizonte, a M.Guia é frequentada por 10 em cada 10 elegantes mulheres mineiras, que chegam a gastar R\$ 200 mil em uma tarde.

## 14 - Objeto de desejo

### Baume & Mercier

A Baume & Mercier está lançando, no Brasil, o 10007, da linha Capeland. O “emblematic piece” foi inspirado em modelos antigos, que têm vidro “escavado” e fundo abaulado. O da foto ao lado tem caixa de aço e em ouro vermelho 18 quilates, com pulseira em couro de crocodilo. O preço? R\$ 41 mil.

## 15 - Entrevista

### Carlos Alberto de Oliveira Andrade, presidente da Caa Hyundai

O **mercado** automobilístico brasileiro continua em alta. Confira, na entrevista abaixo, a opinião de Carlos Alberto de Oliveira Andrade, proprietário da Caa, rede concessionária dona da Hyundai.

### Como você avalia a performance da Caa, em 2011?

A Caa terminará 2011 com crescimento de 20% a 30%, dependendo da disponibilidade da matriz da Hyundai, na Coreia, em aumentar nossas cotas de veículos.

### Como está a demanda?

A atual **produção** de veículos Hyundai não é suficiente para atender ao **mercado** nacional. Devemos terminar 2011 com 130 mil veículos vendidos. Destes, 70 mil serão fabricados aqui. Quero chegar a 2012 vendendo entre 250 mil e 300 mil e a 2013 com 400 mil carros comercializados.

### Qual seu próximo passo rumo a esse expressivo crescimento?

Ainda neste ano, vamos aumentar em 500% a fabricação do caminhão modelo HD78. Também vamos produzir aqui o IX35, a partir de 2012. Para isso, estamos investindo R\$ 600 milhões na fábrica de Anápolis, em Goiás.

### A produção nacional terá preço diferenciado?

Os veículos fabricados no **Brasil** terão o mesmo preço dos **importados**, que já são vendidos a preços competitivos.

## **A crise internacional comprometeu o negócio da CAO A?**

A instabilidade no mercado e possível crise mundial anunciada não se refletiram na Caa e Hyundai, mas já se percebe retração na oferta de crédito. Mas isso não me desanima.

### **Aprovado**

Parentesco - A Câmara Distrital do DF está, em teoria, livre de nepotismo. O ato, já em vigor, veta a nomeação de parentes para funções de confiança, cargo em comissão ou gratificação na estrutura administrativa da Casa.

### **Reprovado**

Sem nada - Sem estádios e sem time... Uma das frases mais compartilhadas pelos brasileiros nas redes sociais diz que “faltam para a Copa: três anos, 12 estádios, 12 aeroportos e... uma seleção”.

“O fracasso é a oportunidade de se começar de novo inteligentemente” Henry Ford

	VEÍCULO ASSESSORIA <b>SUFRAMA</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>GRUPO DE TRABALHO ELABORA DOCUMENTO PARA ESTUDO DE IMPLANTAÇÃO DE ZONA FRANCA EM LETÍCIA</b>		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## Junha Januária

**Grupo de trabalho, composto por técnicos dos Governos do Brasil e da Colômbia, inicia nesta segunda, 22, elaboração de documento com propostas levantadas durante os três dias do Seminário Internacional Zonas Francas, em Letícia, com o objetivo de definir a viabilidade da implantação de uma Zona Franca na área de fronteira. O documento será encaminhado às instituições que participaram das discussões para estudo técnico.**

Segundo a Coordenadora Geral de Estudos Econômicos e Empresariais da **SUFRAMA**, Ana Maria Souza, que participou do evento como palestrante, antes de qualquer decisão é **importante** ter em mente a necessidade de infraestrutura mínima, dotada de portos, aeroportos, Internet, energia e, sobretudo, formação profissional. “Não podemos ser negligentes com o investidor”, afirmou Ana Souza.

Para o Reitor da Universidade de Cauca (Colômbia), Danilo Reinaldo Vivas Ramos, a **Zona Franca** é uma estratégia de **desenvolvimento**, razão pela qual ele considera que a melhor proposta seria a criação de Distrito Especial, o que lhes daria tratamento especial do Estado Nacional, com maior dimensão e reconhecimento de capital de fronteira, o que segundo ele, seria estratégico para a tríplice fronteira (Brasil, Colômbia e Peru).

Conforme dados do **Ministério** de Relações Exteriores (MRE), o Governo do Brasil já assinou com o Governo da Colômbia “Acordo para o Estabelecimento da Zona de Regime Especial Fronteiriço para as localidades de Tabatinga e Letícia, em setembro de 2008. O Acordo estabelece regime especial aplicado ao **comércio** de **mercadorias** para consumo ou comercialização na área fronteiriça, no entanto, embora já aprovado internamente pelo Brasil que, inclusive, já depositou o instrumento de ratificação, ainda não está vigente por ausência do depósito pelo Governo da Colômbia.

Outro Acordo assinado em 21 de agosto de 2007, também não está vigente. Trata-se do Acordo sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, que disciplina um regime simplificado que estimula e facilita o trânsito de pessoas com fins de turismo ou de negócios entre os territórios dos dois países. Embora já assinado, ainda depende da notificação do depósito do instrumento de ratificação por parte da Colômbia para entrar em vigor.

Um terceiro Acordo está em tramitação nas Casas Legislativas brasileiras para incorporação ao Ordenamento Jurídico do País e diz respeito à residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e colombianos, assinado em 01 de setembro de 2010.



VEÍCULO  
GAZETA DE ALAGOAS

EDITORIA

TÍTULO  
**Eletrodomésticos têm queda na produção**

ORIGEM  
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE  
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO  
NACIONAL

**Segmento acumula deficit de 20,4% na fabricação no primeiro semestre, contrastando com alta de 1,7% da indústria como um todo**

**Daniela Amorim**

As vendas de produtos eletrônicos e eletrodomésticos – especialmente da linha marrom, que inclui aparelhos de TV e som – continuam em alta e com preços ao consumidor em queda.

Mas, em vez de acompanhar o movimento de aceleração, a indústria nacional recuou com força este ano, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O dólar baixo e a invasão de importados já provocaram o fechamento de sete fábricas de componentes no Polo Industrial de Manaus e a demissão de seis mil funcionários ao longo dos últimos cinco anos.

As informações são do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus (Sinaees), que conta com 52 empresas associadas.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Privatização de elétricas em estudo</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A possibilidade de privatização de empresas de energia começa a ser avaliada no **Governo Federal**. Mais especificamente, considera-se que esta seria a melhor opção para as distribuidoras federalizadas que são hoje subordinadas á Eletrobrás e atuam em seis Estados do Norte e Nordeste: **Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Alagoas e Piauí**.

O maior entrave ao projeto é de caráter político, já que o Partido dos Trabalhadores sempre foi contrário às privatizações, uma questão que ficou suavizada depois que a presidente Dilma Rousseff aprovou a concessão de aeroportos ao setor privado.

Governo discute privatização de federalizadas

Por Josette Goulart

A possibilidade de privatização de alguns ativos do setor elétrico começa a se tornar uma opção viável e a ser estudada dentro do **Governo Federal**. O alto escalão já considera essa a melhor alternativa para as distribuidoras federalizadas que atuam em seis Estados do Norte e Nordeste do país, que estão hoje sob o guarda-chuva da Eletrobras. Mesmo petistas de carteirinha, em cargos estratégicos no setor elétrico, já aceitam a ideia e inclusive a defendem.

O Valor esteve com seis fontes **importantes** na Eletrobras, na Agência Nacional de Energia Elétrica e no **Ministério** de Minas e Energia. Todos dizem a mesma coisa: "sim, a privatização é possível". Esse, admitem, seria o caminho para melhorar a qualidade do serviço prestado pelas distribuidoras **Amazonas** Energia, Boa Vista Energia, Eletroacre, Ceron (Rondônia), Cepisa (Piauí) e Ceal (Alagoas).

A pecha da "privatização" é o maior obstáculo - por ser político - a ser superado e por isso ainda nenhum estudo formal foi solicitado. Mas se no governo de Luiz Inácio **Lula** da Silva qualquer discussão sobre o assunto era terminantemente proibida, desde que a presidente Dilma Rousseff apoiou e determinou o programa de concessão dos aeroportos a postura entre os colaboradores da presidente no setor elétrico mudou.

A ideia circula por várias instâncias e conversas com executivos de **importantes** fundos de pensão já foram travadas

Diversas soluções estão sendo vislumbradas para se fugir dessa questão política. Entre elas, uma das preferidas é a de tratar a privatização como uma "parceria público e privada", ou seja, vender o controle mas deixar a Eletrobras como sócia - a exemplo do modelo dos aeroportos em que a estatal Infraero será sócia dos investidores privados.

A ideia circula por várias instâncias e até conversas informais com executivos de **importantes** fundos de pensão já foram travadas para se saber o interesse nesse tipo de negócio. Os fundos se interessam, mas o modelo de negócios a ser definido seria fundamental, pois eventualmente envolveria a abertura de capital dessas empresas. Fora dos fundos de pensão, há também interesse. Comprar empresas como a Cepisa, que atua no Piauí, sempre foi um desejo declarado, por exemplo, da Equatorial Energia, que hoje é dona da Cemar (Maranhão), vizinha à Cepisa, e que ainda não conseguiu expandir sua atuação no setor elétrico.

Se a decisão for levada adiante e, principalmente, aceita politicamente, a expectativa do setor privado é de que a privatização comece a ser aceita também dentro de governos estaduais que têm hoje distribuidoras de energia com sérias dificuldades econômico-financeiras ou problemas com qualidade do serviço. Entre os exemplos estão a CEB, que enfrenta os problemas de anos sem investimentos que culminaram com queda na qualidade dos serviços.

A Celg, que atua em Goiás, também enfrenta problemas e busca um sócio para capitalizar a empresa que está altamente endividada, mas tem sido difícil conseguir sócios sem entregar o controle. A empresa de distribuição de Goiás precisa apresentar um plano de recuperação para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e evitar um processo de caducidade da concessão, em que o Estado poderia perder o direito de operar a companhia. As eleições em Goiás, entretanto, foram marcadas pelas promessas de não se privatizar ativos.

**Ampliar imagem**

O fim das concessões a partir de 2015 também pode ser usado como caminho para se buscar uma alternativa à privatização. Em entrevista publicada na semana passada pelo Valor, o diretor da Aneel, Julião Coelho, propôs que o governo permita a possibilidade de prorrogação desde que a agência tenha a prerrogativa de analisar, com base em critérios objetivos de qualidade e capacidade financeira, aqueles que podem permanecer com a concessão. Com isso, as empresas em dificuldades poderiam ter seus controladores alterados em novos processos de licitação e os atuais donos receberiam indenização pelos investimentos que realizaram e não foram amortizados.

Toda essa discussão em torno de privatização começou a se fazer necessária depois que a administração da Eletrobras começou a perceber que seus esforços para melhorar a qualidade de suas distribuidoras não surtiram efeitos. São seis as concessionárias que há anos sangram o caixa da empresa. Desde 2008, só em conversão de dívidas em capital, as distribuidoras já consumiram cerca de R\$ 5 bilhões da estatal, sem contar volume parecido que foi investido ao longo dos últimos dez anos. Mesmo assim, os prejuízos têm sido constantes e os índices de qualidade e

perdas não estão a contento. A mais problemática é a **Amazonas** Energia, que tem sob seu atendimento toda a indústria da **Zona Franca** de **Manaus**.

Apesar das injeções de capital em anos anteriores nas distribuidoras, os balanços publicados em 2011 pela Eletrobras apresentaram um dado preocupante. Até o primeiro trimestre, o passivo de curto prazo estava a descoberto em R\$ 750 milhões. Situação que levou os auditores privados da empresa a descreverem, pela primeira vez em suas notas de balanço, que há dúvidas sobre a continuidade operacional dessas companhias. O então diretor presidente das distribuidoras, Pedro Hosken, quando esse passivo se apresentou pela primeira vez, afirmou que, sendo essas empresas públicas, só no longo prazo seria possível resolver o problema. Mas a Eletrobras já administra a situação dessas companhias há mais de dez anos.

O presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto, diz que a empresa está empenhada em fazer investimentos para melhorar a qualidade dos serviços. Neste ano, vai investir R\$ 897 milhões nas empresas e, entre 2012 e 2014, mais de R\$ 1,1 bilhão.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Encontro de Contas :: Lurdete Ertel</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Peças com sotaque

A China é a maior fornecedora de insumos para as empresas instaladas no Polo Industrial de **Manaus (AM)**.

Foram US\$ 2,34 bilhões em compras neste ano, 18% mais do que em 2010 e um recorde.

Componentes chineses respondem por cerca de um terço de tudo o que o **Amazonas** comprou no primeiro semestre.

O volume trazido da China é dominado por peças para televisores e motocicletas.

Sozinho, o **Amazonas** é responsável por 13% das **importações** da China, só perdendo para São Paulo, com 36,7%.

O segundo maior fornecedor do polo de **Manaus** é a Coreia do Sul, com US\$ 1,17 bilhão neste ano.

Os EUA, com US\$ 848 milhões, ficaram em terceiro lugar, ultrapassando o Japão.

### Primogênito à vista

Está a caminho do **Brasil** a primeira unidade de **produção**, armazenamento e transferência de óleo da empresa OSX, que foi customizada no estaleiro da Keppel em Cingapura.

A FPSO OSX-1 (foto) será instalada na Bacia de Campos, onde fará parte da **produção** do primeiro óleo da empresa do grupo EBX, de Eike Batista.

A embarcação foi adquirida pela OSX em dezembro de 2009 e passou por uma completa customização, com custo total de US\$ 610 milhões.

A unidade tem capacidade de armazenagem de 900 mil barris e de **produção** de até 80 mil barris/dia.

"Lobista é uma coisa, eu já disse, ladrão é outra. O Poder Executivo tem que ter essa regulamentação do lobby. Tem que ter um regulamento de quem pode frequentar as salas. Tem que ter câmeras para depois serem checadas"

### Mendes Ribeiro, novo ministro da Agricultura

#### MARCADO

Seminário marcado para hoje na Câmara Brasil-Alemanha de São Paulo pretende desmistificar o regime aduaneiro especial conhecido como Linha Azul.

O evento terá participação de empresas como Honda e Stihl, e de assessores da Receita Federal.

#### PÓDIO PERPÉTUO

Nova York tirou o pé do acelerador outro dia para homenagear o piloto brasileiro Ayrton Senna.

O filme Senna, do inglês Asif Kapadia, estreou na Big Apple e em Los Angeles com a presença de um grande público, que participou também do Senna Day.

Recebido com aplausos e lágrimas, o filme confirmou que o tricampeão brasileiro conseguiu ultrapassar a indiferença dos americanos em relação à Fórmula 1.

Com a chancela da Universal Pictures, Senna já foi lançado no Brasil, Japão, Itália, Turquia, Alemanha, França e Espanha.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO <b>Receita facilitará liberação de <u>mercadorias importadas</u> com declaração espontânea FISCALIZAÇÃO</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Empresas estrangeiras que prestarem esclarecimento espontâneo ao Fisco terão a mercadoria liberada com mais agilidade nos portos brasileiros. Instrução normativa da

Receita Federal estabelece que essas companhias sejam dispensadas dos controles especiais de importação. Hoje, os importados com suspeita de irregularidade passam por inspeção física, que pode durar 180 dias.

	VEÍCULO FOLHA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Receita Federal oferece alternativa a <u>importadores</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### BÁRBARA POMBO

A Receita Federal publicou nesta semana uma Instrução Normativa que oferece aos importadores (exportadores estrangeiros) uma alternativa para a liberação mais rápida de mercadorias na entrada no Brasil. Pela norma, essas empresas poderão passar por uma vistoria prévia do Fisco para obter uma espécie de certificado positivo de operação.

Com o documento, os importadores ficarão dispensados de procedimentos especiais de controle e fiscalização, que deixam os produtos retidos por até 180 dias nos portos e aeroportos do país. Com a medida, os produtos

das empresas cadastradas ficarão submetidos a um procedimento mais simples, que dura, em média, 7 dias úteis.

De acordo com a Instrução Normativa n 1.181, de 2011, a adesão à fiscalização prévia é voluntária, e não impede nenhuma empresa de continuar a utilizar o método tradicional de desembaraço aduaneiro. Para conseguir o certificado, os importadores devem informar os nomes dos controladores da empresa, a composição de custos de produção, despesas e margens de agregação de valor da mercadoria, a identificação das matérias-primas para a classificação fiscal e a comprovação do local de origem do produto.